

Em agosto, reuniões regionais foram realizadas no Sul, Sudeste e Brasília

A ABRAIDI promoveu, durante o mês de agosto, mais uma série de encontros regionais com empresas associadas. Foram realizadas reuniões em São Paulo e Campinas/SP, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ. Na capital fluminense, o encontro aconteceu na sede da consultoria MXM Sistemas, empresa reconhecida pela criação de soluções inovadoras no setor de tecnologia de informação e comunicação, sobretudo, relacionados a sistemas de ERP. Os executivos João Eduardo e Renato Costa, respectivamente, vice-presidente e diretor comercial da MXM apresentaram as soluções e destacaram que conhecem os desafios enfrentados pelas empresas de dispositivos médicos.

O gerente executivo, Davi Uemoto, que tem aberto os encontros com o presidente da ABRAIDI, Sérgio Rocha, vem abordando assuntos tributários, como o Convênio ICMS, a Reforma em Brasília, a proposta de ajuste Sinief, além de temas envolvendo compliance, privacidade e proteção de dados.

Os executivos também têm apresentado questões regulatórias e discutido com os associados as distorções do mercado que ainda permanecem em todas as regiões, como as retenções de faturamento, glosas injustificadas e inadimplência. No anuário, apresentado no Fórum ABRAIDI, o montante das distorções representou 22% do faturamento total das empresas com um aumento de 4%, em relação ao ano passado, no valor de R\$ 2 bilhões.

Em setembro, haverá reuniões regionais em Vitória/ES e Belo Horizonte/MG. Já em outubro, serão na Bahia e Pernambuco e para finalizar, em novembro, em Santa Catarina. A agenda completa pode ser conferida em: <https://abraidi.com.br/abraidi-divulga-calendario-de-reunioes-regionais-2023/>

Presidente da ABRAIDI aborda a retenção de faturamento em audiência pública na Câmara dos Deputados

Pesquisa da Associação constatou que as empresas de produtos para a saúde têm levado 116 dias para receber as faturas e valores contingenciados passam de R\$ 2 bi

O presidente da ABRAIDI, Sérgio Rocha, participou, em 30 de agosto, de uma audiência pública na Câmara dos Deputados em Brasília/DF que discutiu os reajustes dos planos de saúde. O debate foi na Comissão de Defesa do Consumidor e o requerimento para a sessão foi proposto pelos parlamentares Felipe Carreras (PSB-PE), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Márcio Marinho (Republicanos-BA).

Os deputados federais citaram na proposta de audiência informações divulgadas na imprensa de que os valores dos planos de saúde para pequenas empresas (com contratos até 29 beneficiários) vêm sofrendo reajustes neste ano que chegam a 35%. O desequilíbrio contratual tem feito com que as companhias busquem estratégias para atenuar os efeitos desses índices, como a exclusão de reembolsos do contrato, a ampliação dos percentuais de coparticipação e até a redução da rede de prestadores.

O presidente da ABRAIDI apontou os problemas enfrentados pelos fornecedores de produtos para saúde na venda direta para hospitais e planos de saúde, como as retenções de faturamento, as glosas injustificadas e, por fim, a elevada inadimplência. Sérgio Rocha ainda falou sobre as consequências do não faturamento, onde as empresas associadas à ABRAIDI, que prestaram os serviços acabam recebendo multas. “Nossa luta é para que cumpram o Ajuste Sinief 11/14, que determina que os serviços prestados e os produtos usados sejam faturados em até 30 dias”, defendeu Rocha.

Em pesquisa divulgada no semestre passado, a ABRADI constatou que as empresas têm levado em média 116 dias para receber uma fatura de um procedimento realizado, prazo que é muito maior em algumas regiões. O volume pendente de faturamento atingiu a insustentável marca de R\$ 1,085 bilhão, um aumento de quase 50% em relação ao ano anterior. Juntamente com as glosas injustificadas e a inadimplência o valor financeiro contingenciado chegou a R\$ 2,1 bilhões, apontou o levantamento da Associação.

As distorções praticadas no setor representam 23,1% do faturamento das distribuidoras e importadoras de produtos para a saúde, sendo que as retenções de faturamento são 12%, a inadimplência ou calote é de 9,5% e as glosas, 1,6% do faturamento.

Além do presidente da ABRAIDI, estiveram presentes na audiência pública: o consultor para Assuntos Econômicos da FenaSaúde, Andrey Freitas; o superintendente executivo da Abramge, Marcos Paulo Novais; o coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor da DPRJ, Eduardo Chow; o secretário executivo do Procon Recife/PE, Pablo Bismark; o advogado do Inadec, Arthur Rollo; a coordenadora do Programa de Saúde do IDEC, Anna Carolina Navarrete; o coordenador geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon, Vitor Hugo; e a gerente econômico financeiro e atuarial dos produtos da ANS, Daniela Rodrigues.



Fonte: [Abraidi](#), em 01.09.2023.